

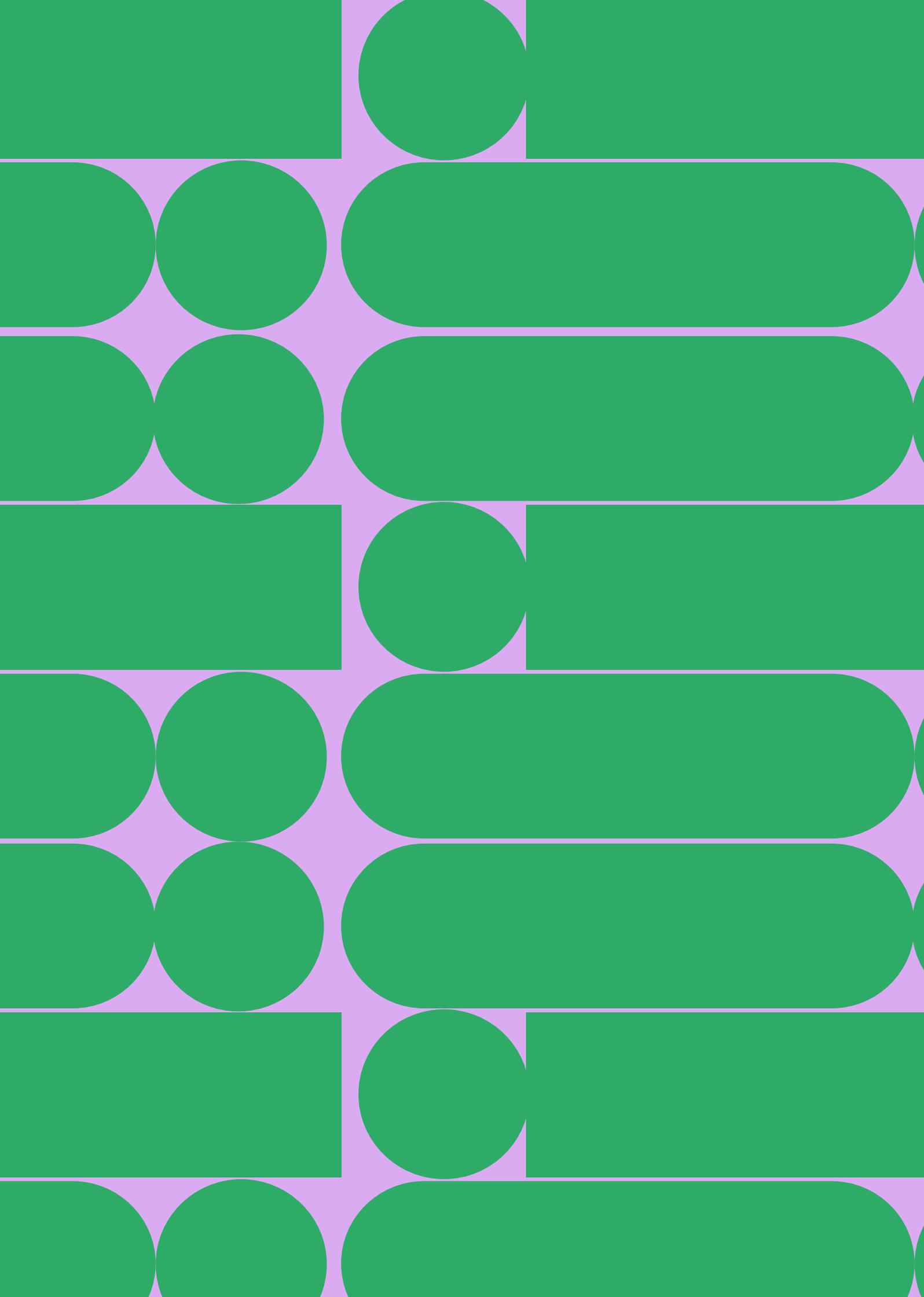
DIVERSIDADE

NAS ELEIÇÕES:

PESSOAS

CANDIDATAS E

ELEITAS



+ REPRESENTATI VIDADE

Principais aprendizados 04

Introdução 06

Conteúdo 10

Considerações finais 32

Conheça a pesquisa completa 35

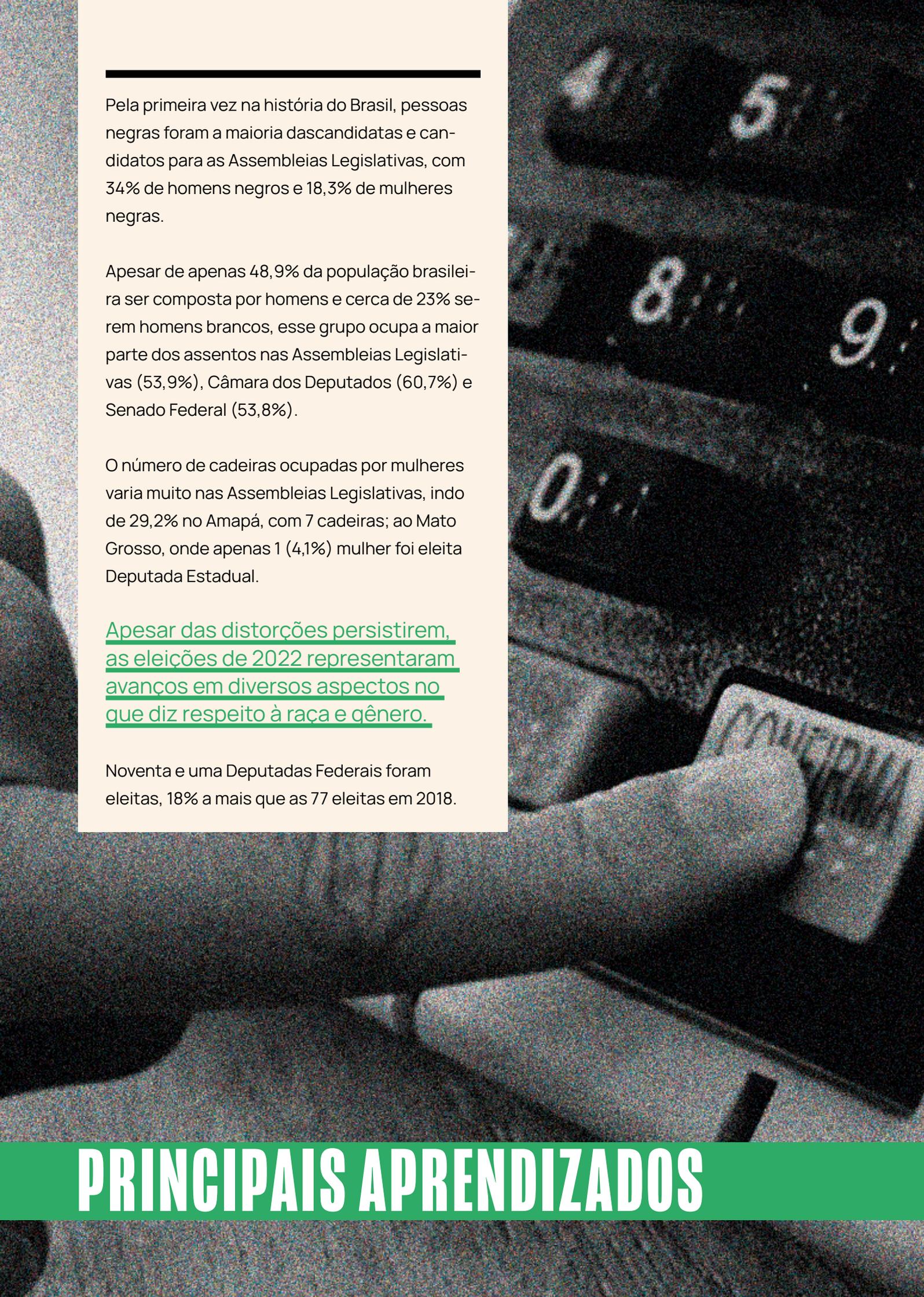
Pela primeira vez na história do Brasil, pessoas negras foram a maioria das candidatas e candidatos para as Assembleias Legislativas, com 34% de homens negros e 18,3% de mulheres negras.

Apesar de apenas 48,9% da população brasileira ser composta por homens e cerca de 23% serem homens brancos, esse grupo ocupa a maior parte dos assentos nas Assembleias Legislativas (53,9%), Câmara dos Deputados (60,7%) e Senado Federal (53,8%).

O número de cadeiras ocupadas por mulheres varia muito nas Assembleias Legislativas, indo de 29,2% no Amapá, com 7 cadeiras; ao Mato Grosso, onde apenas 1 (4,1%) mulher foi eleita Deputada Estadual.

Apesar das distorções persistirem, as eleições de 2022 representaram avanços em diversos aspectos no que diz respeito à raça e gênero.

Noventa e uma Deputadas Federais foram eleitas, 18% a mais que as 77 eleitas em 2018.

A close-up, high-contrast photograph of a hand holding a ballot paper. The ballot is dark with white text and numbers. The numbers 1, 5, 8, and 9 are visible. The word 'COMITADO' is partially visible on the ballot. The background is dark and textured.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS



Também foram eleitas 135 Deputadas e Deputados Federais negras e negros (considerando a soma de pessoas pretas e pardas), 9,7% a mais que as 123 de 2018.

Candidaturas indígenas também ganharam mais espaço, progredindo de somente 1 Deputada Federal eleita em 2018 para 1 homem e 4 mulheres indígenas na Câmara dos Deputados.

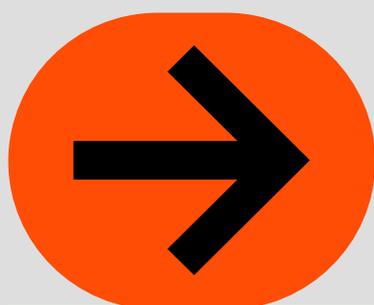
No entanto, no Senado, com a nova composição de bancadas, a bancada feminina foi reduzida em relação ao tamanho da bancada do período 2019-2022, ficando 15,4% dos assentos ocupados por senadoras mulheres.

Entre o total de Deputadas e Deputados Federais, 84% decidiram se candidatar novamente ao mesmo cargo em 2022. No entanto, entre os homens, o percentual é de 86% e, entre as mulheres, de 76%.

Isso porque 15% das eleitas para a Câmara Federal em 2018 decidiram concorrer a um posto mais alto em 2022 (dos homens, foram 6%).

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

1



INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo **entender os resultados das eleições de 2022 a partir de uma perspectiva de gênero e raça**, considerando também sua interface com a filiação partidária.

Em 2022, o eleitorado teve que escolher 5 diferentes tipos de representantes.

Cargos em disputa nas eleições gerais foram:

- Câmara dos Deputados;
- Senado Federal;
- Assembleias Legislativas (distrital e estaduais) e;
- Governo dos estados da Federação.
- Presidência

Ao analisar os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das candidatas e candidatos eleitos, nosso objetivo foi não apenas apresentar os dados, como **observar mecanismos da decisão de candidatura e da eleição que possam ter impacto sobre a representatividade**.

Em resumo, na eleição de 2022, constatou-se um avanço na representatividade, tanto no que diz respeito à raça quanto ao gênero, embora um avanço ainda bastante lento, que não significou um grande impacto para os percentuais da representação.

Além disso, se mais mulheres e pessoas negras foram eleitas para as Assembleias Legislativas e Câmara Federal, este não foi o caso do Senado ou dos governos estaduais, onde os cargos são mais elevados e que continuam com percentuais irrisórios de presença de mulheres e pessoas negras em seus quadros.

Atentas a esse ritmo lento, optamos por observar o que estava ocorrendo na trajetória e ambição política dessas candidatas e candidatos. Foi possível identificar que tanto mulheres quanto pessoas negras eleitas Deputadas Federais estão preferindo – proporcionalmente, mais que suas contrapartes (homens e pessoas brancas) – disputar cargos políticos mais elevados, para os quais nem sempre são eleitas..

A decisão possivelmente advém dos próprios convites partidários, seja incentivados pelos 30% obrigatórios de financiamento, que levam partidos a nomearem mulheres como vice-governadoras; seja pelo próprio entendimento de que elas são mulheres e/ou pessoas negras que já têm uma trajetória política, o que favorece sua candidatura a cargos mais elevados.

DE ONDE VÊM OS DADOS E COMO FORAM ANALISADOS?

Os dados oficiais deste relatório foram disponibilizados pelo TSE¹. A base de dados de candidatas e candidatos para o ano de 2022 apresenta o registro de 28.909 candidaturas, das quais 26.260 estiveram aptas para o pleito, com 8.931 (34%) candidaturas de mulheres e 17.329 (66%) candidaturas de homens.

Foi eleito um total de 1.655 pessoas², das quais 293 (17,7%) são mulheres, subdivididas nos seguintes cargos: 186 Deputadas Estaduais, 91 Deputadas Federais, 4 Deputadas Distritais, 2 Governadoras, 4 Senadoras e 6 Vice-Governadoras. Já entre os homens eleitos, temos 1.362 (82,3%), subdivididos nos seguintes cargos: 849 Deputados Estaduais, 422 Deputados Federais, 25 Governadores, 20 Deputados Distritais, 23 Senadores, 21 Vice-Governadores, o Presidente e o Vice-Presidente.

Para analisarmos a trajetória e a permanência política candidatas e candidatos, também utilizamos dados das eleições nacionais anteriores.

Em 2018, foram 28.984 candidaturas, das quais 26.047 estavam aptas a concorrer ao pleito. Dessas, 8.008 (31%) foram candidaturas de mulheres e 17.819 (69%) de homens. Em 2018, foram eleitos 1.682 nomes, dos quais 254 (15,1%) eram representantes mulheres, subdivididas nos seguintes cargos: 159 Deputadas Estaduais, 77 Deputadas Federais, 4 Deputadas Distritais, 6 Senadoras, 1 Governadora e 7 Vice-Governadoras. Já entre os homens foram eleitos 1.428 (84,9%), subdivididos em 876 Deputados Estaduais, 436 Deputados Federais, 20 Deputados Distritais, 26 Governadores, 48 Senadores, 20 Vice-Governadores, o Presidente e o Vice-Presidente.

1. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em 28 set 2023.

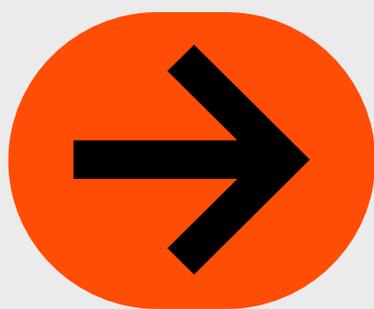
2. O TSE considera 1º suplente e 2º suplente como candidatos eleitos, mas esses cargos foram excluídos desse somatório.

O QUE ESPERAR DESTE RELATÓRIO?

Neste relatório, analisamos dados eleitorais disponibilizados pelo TSE para entendermos melhor o retrato da representação por gênero e raça nas eleições gerais de 2022.

A primeira seção explora a representação racial e de gênero de candidatas e candidatos eleitos para as Assembleias Legislativas; na segunda e terceira seções, apresentamos as mesmas análises para a Câmara de Deputados e para o Senado Federal, respectivamente. Na quarta e última seção, analisamos os dados de candidatas e candidatos a Assembleias Legislativas, Câmara de Deputados e Senado Federal conjuntamente e exploramos as taxas de renovação política e de ambições políticas (com recortes de gênero e raça) para os cargos em disputa.

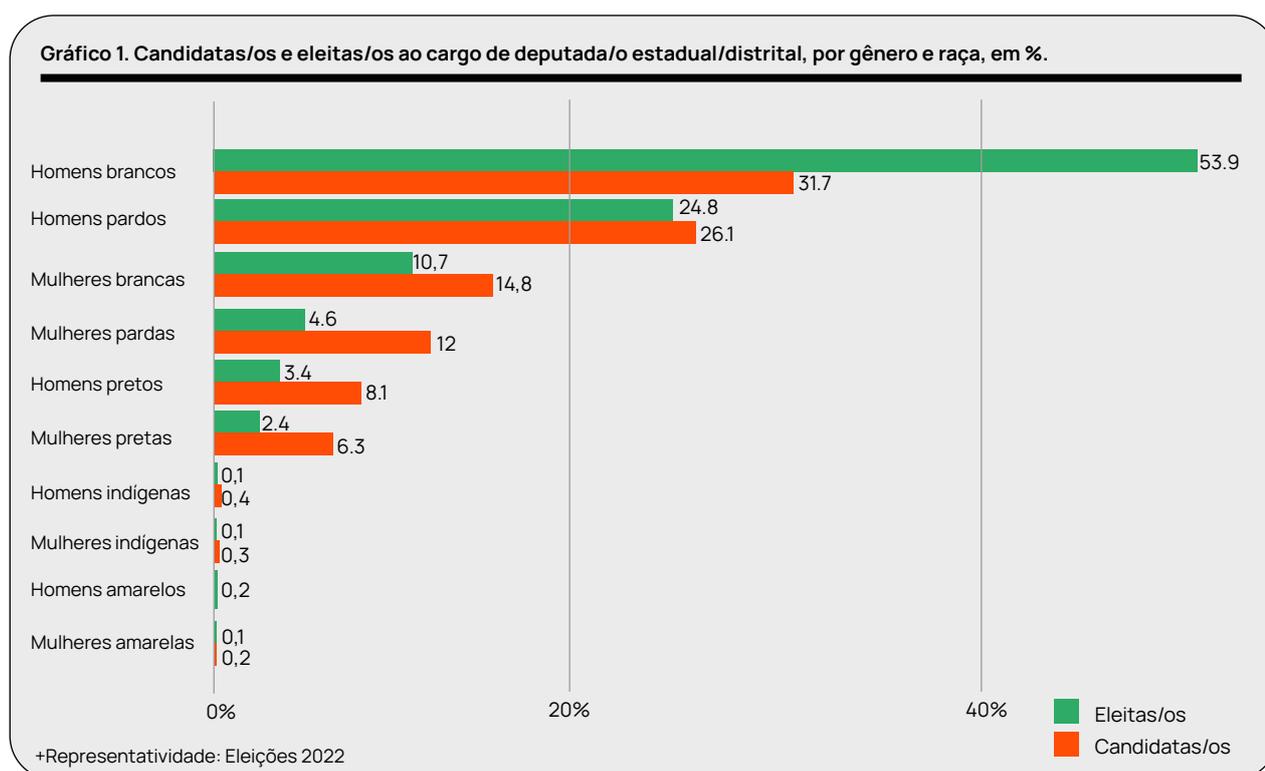
2



CONTEÚDO

1. QUEM SE CANDIDATOU E SE ELEGEU PARA AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS?

As Assembleias Legislativas Estaduais apresentam, em número, a maior oferta de candidaturas. O cargo de Deputada e Deputado Estadual (ou Distrital, no caso do Distrito Federal) também representa o ponto de entrada para a carreira política, quando se trata de eleições nacionais, como as de 2022³.



(Soma de todas as Unidades da Federação) Fonte: TSE.

Como mostra o Gráfico 1, considerando as candidaturas para as Assembleias Legislativas de todas as Unidades da Federação conjuntamente, identificamos que homens brancos e pardos são a maioria, somando 31,7% e 26,1% das candidaturas, respectivamente. Mulheres brancas (14,8%) e pardas (12%) aparecem a seguir, precedendo homens pretos (8,1%) e mulheres pretas (6,3%). Representantes indígenas homens e mulheres representam, aproximadamente, 0,7% das candidaturas.

Ao utilizarmos a categoria negras e negros como a soma de pessoas pretas e pardas, temos um total de 34,2% de homens negros e 18,3% de mulheres negras. Esses percentuais superam os valores de homens e mulheres bran-

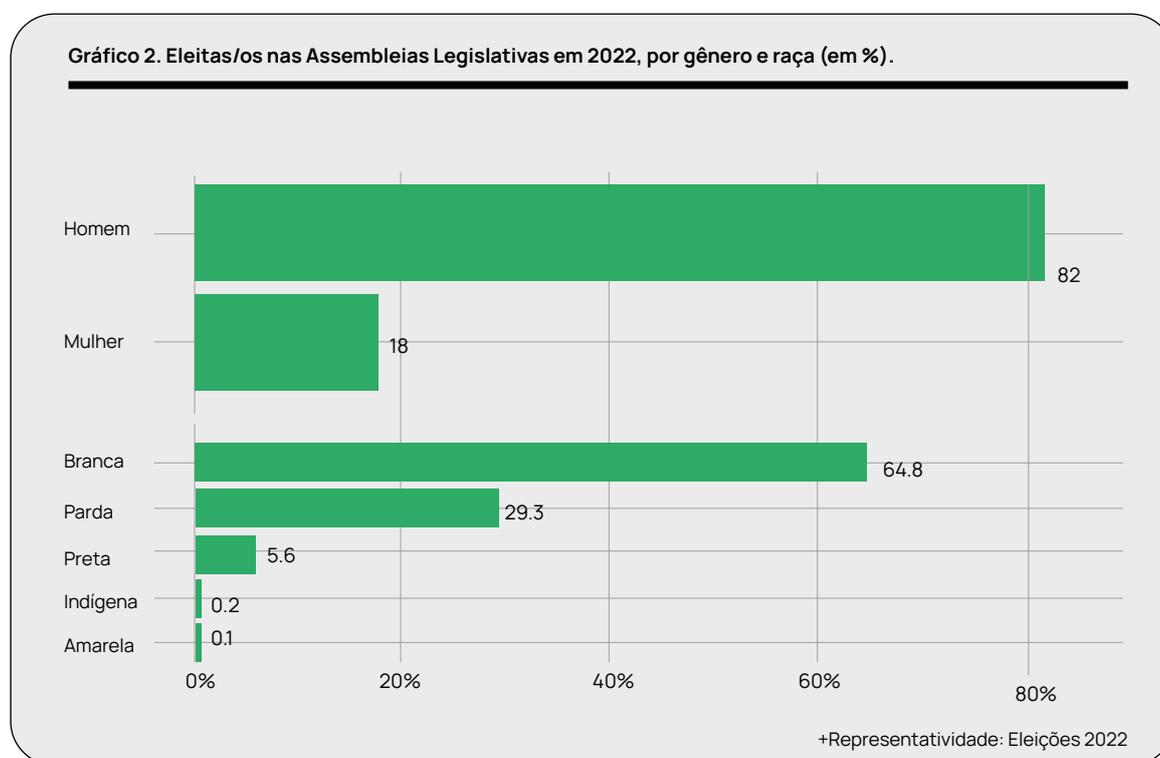
3. O cargo de deputado estadual é o de menor poder nas eleições nacionais; logo, é porta de entrada na política para algumas candidatas e alguns candidatos.

cas. Essa é a primeira vez na história que a representação de pessoas negras nas candidaturas é maior do que a de pessoas brancas.

Ao mesmo tempo em que chama atenção, esse aumento da presença de candidatas negras e candidatos negros, pode estar relacionado também às regras que incentivaram que candidatas e candidatos se autodeclarassem pessoas negras. É notório que são muito mais os homens brancos que se elegendem. Enquanto somam 31,7% dos que concorrem, eles representam mais da metade (53,9%) do total de eleitos para as Assembleias Legislativas.

O Gráfico 2 deixa evidente a distância entre diferentes perfis de eleitos, sobretudo no que diz respeito à desigualdade de gênero, mas também em termos de desigualdade de raça, informando que, apesar dos avanços, ainda há outras camadas de desigualdade que devem ser observadas quando se trata dos resultados eleitorais.

12



Fonte: TSE.

Uma das disparidades que podemos observar diz respeito aos resultados de mulheres e pessoas pretas e pardas eleitas nos diferentes estados do país. Apesar de a distribuição de mulheres na população não variar muito entre as Unidades da Federação (ficando sempre superior a 50%), a representação de eleitas para as Assembleias Legislativas varia consideravelmente.

Como mostra a Gráfico 3, o estado do Amapá se destaca por ter quase um terço (29,16%) das vagas disponíveis ocupadas por Deputadas mulheres; em números absolutos, são 7 das 24 cadeiras. O Maranhão registra o segundo maior percentual, com 28,5% das vagas ocupadas por mulheres, seguido por São Paulo, onde as mulheres ocupam 26,5% dos assentos (25 deputadas, em um total de 94 cadeiras).

Já os estados que menos elegeram mulheres para a bancada estadual são Santa Catarina, com apenas 7,5% de Deputadas Estaduais mulheres (3 deputadas, em um total de 40 assentos), seguido de Mato Grosso do Sul, com 8,3%, e Goiás, com 9,7%. No Mato Grosso, apenas 1 (4,1%) mulher foi eleita para o Legislativo.

Gráfico 3. Mulheres nas Assembleias Legislativas, por Unidade da Federação.

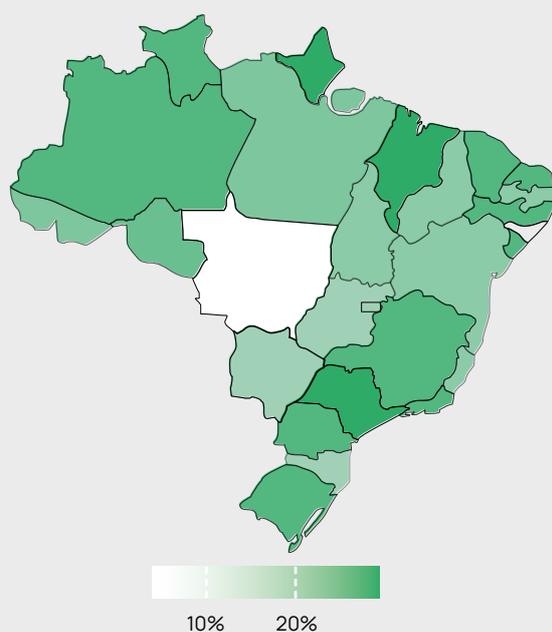
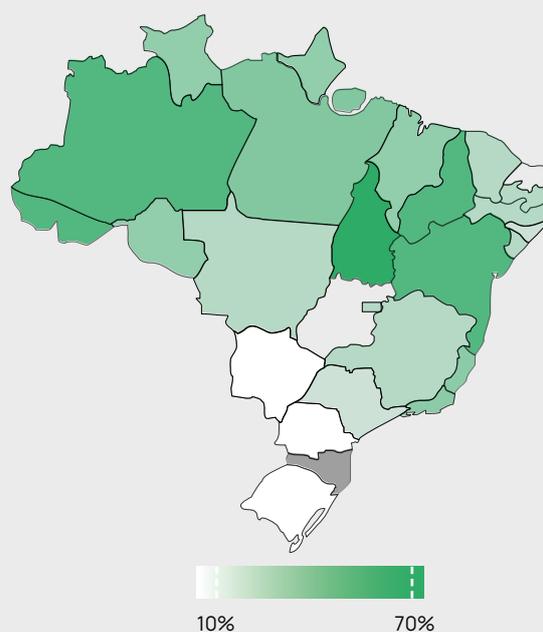


Gráfico 4. Pessoas negras nas Assembleias Legislativas, por Unidade da Federação



+Representatividade: Eleições 2022

Quanto à composição de pessoas negras nas bancadas das Assembleias Legislativas no Brasil (Gráfico 4), o estado do Tocantins se destaca por ter 70,8% das vagas ocupadas por pessoas negras – em números absolutos, são 17 das 24 cadeiras. O Piauí apresenta o segundo maior percentual, com 63,3% das vagas ocupadas por pessoas negras, seguido pelo Acre, onde as pessoas negras ocupam 62,5% dos assentos (15 Deputadas e Deputados Estaduais, em um total de 24).

Ao mesmo tempo, Santa Catarina e o Distrito Federal não elegeram sequer 1 candidata negra ou candidato negro.. Além deles, os estados que menos elegeram pessoas negras são Rio Grande do Sul, com apenas 9% Deputadas negras e Deputados Negros (5 Deputadas, em um total de 55 assentos), seguido do Paraná, com 9,2%; e Mato Grosso do Sul, com 12,5%.

2. QUEM SE CANDIDATOU E SE ELEGEU PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS?

A Câmara dos Deputados é composta por 513 assentos. Como mostra o Gráfico 5, mesmo o perfil das/os candidatas/os para essas vagas não representa a sociedade.

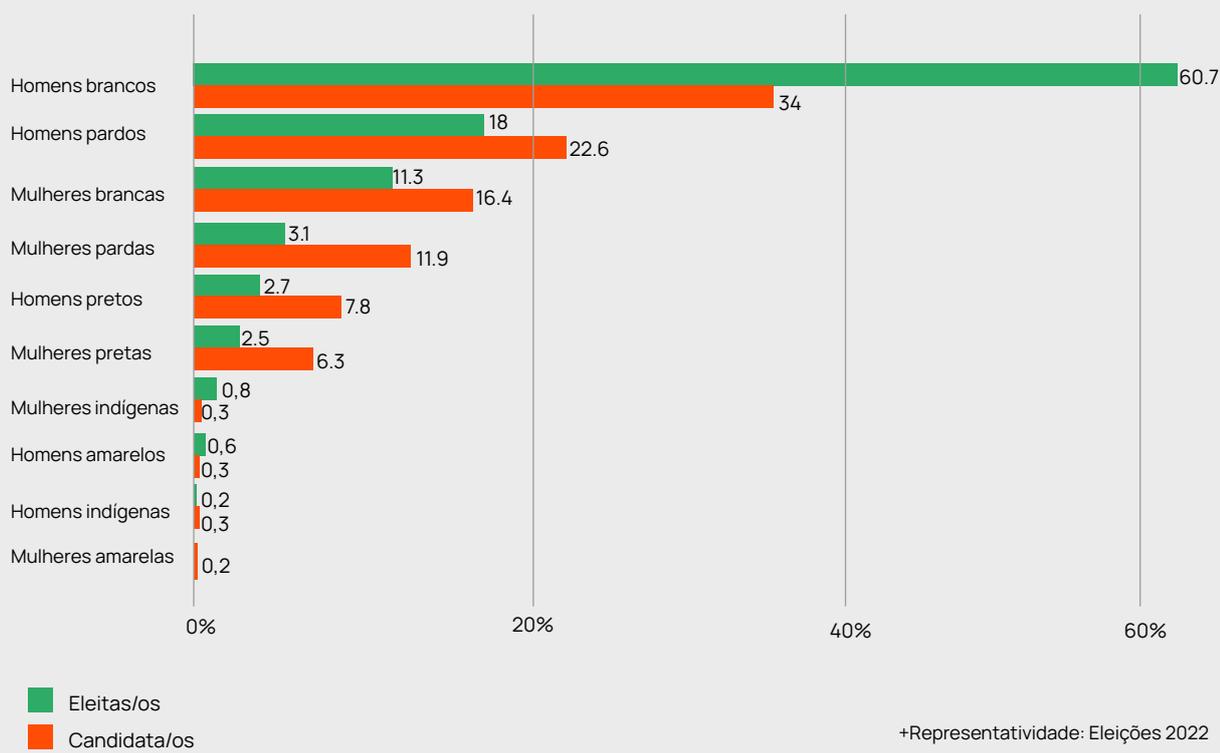
Enquanto homens brancos, por exemplo, são 23% da população, eles correspondem a 34% das candidaturas, seguidos de homens pardos, que compõem 22,6% da oferta de candidatas e candidatos.

Mulheres brancas são 16,4% e mulheres pardas são 11,9% do total de candidatas e candidatos. Em percentuais inferiores a elas, estão as candidaturas de homens pretos, que somam 7,8%, e de mulheres pretas, com 6,3%. Mulheres e homens indígenas somam apenas, cada grupo, 0,3% do total de candidaturas à Câmara dos Deputados.

Ao considerarmos a categoria “negro”, o número de candidaturas de homens negros se aproxima da oferta de candidaturas de homens brancos, com 30,4%.

Já as mulheres negras chegam, em oferta de candidaturas, a 18,2% para deputadas federais (mais do que os 16,4% de candidatas brancas) — apesar de serem 28% da população brasileira.

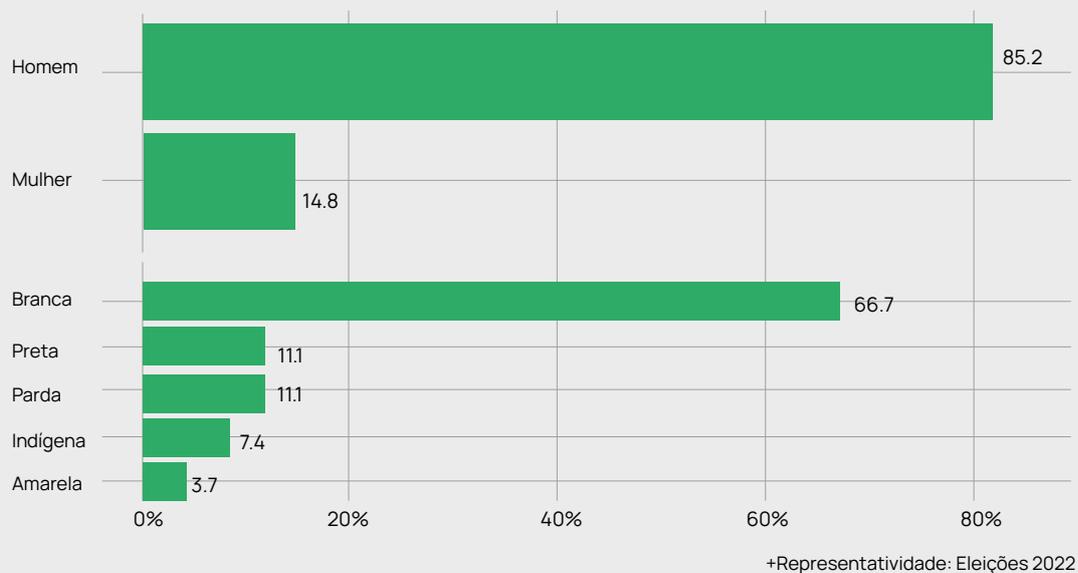
Gráfico 5. Candidatas/os e eleitas/os ao cargo de deputada/o federal, por gênero e raça (em %).



Fonte: TSE.

16

Gráfico 6. Eleitas/os na Câmara dos Deputados em 2022, por gênero e raça (em %).



Fonte: TSE.

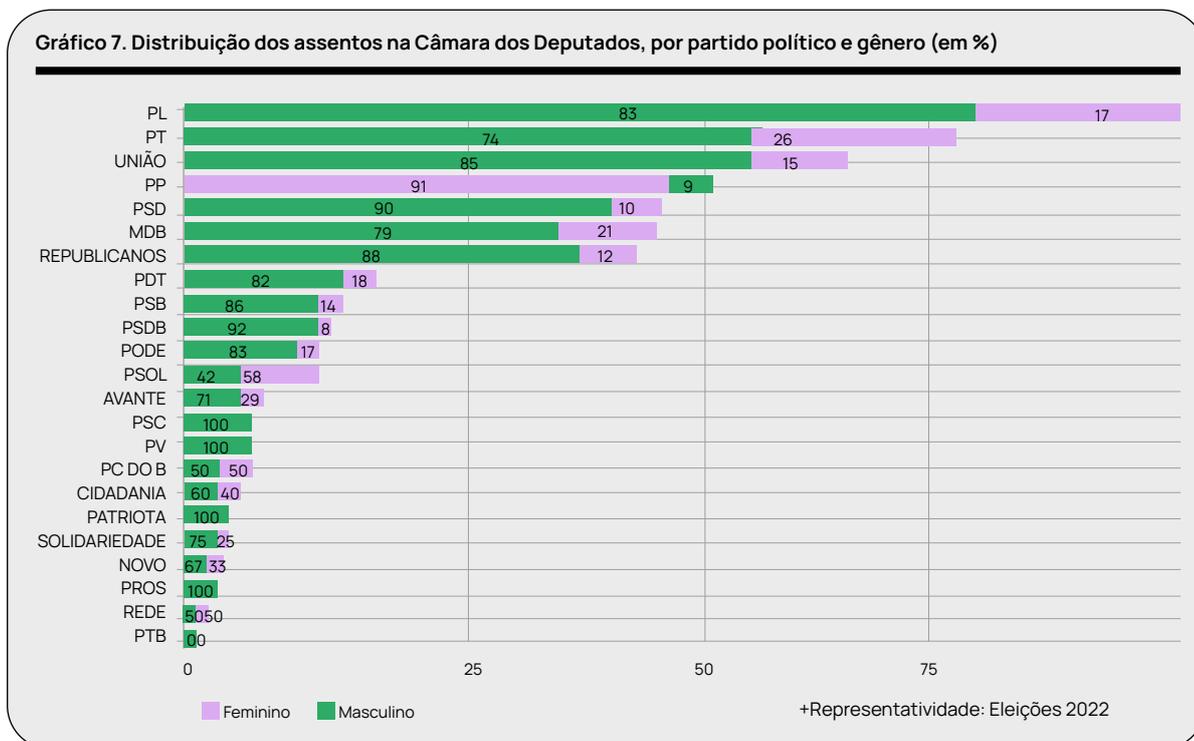
Se já existe um enorme diferencial quando observamos as candidaturas, as distorções de representatividade aumentam ainda mais as eleitas e eleitos.

Como ilustra o Gráfico 6, na legislatura de 2023-2026, a grande maioria das Deputadas e Deputados Federais que conseguiram um assento é composta por homens; assim como por pessoas brancas. O grupo composto por homens brancos ocupa, sozinho, 60,7% dos assentos na Câmara dos Deputados, três vezes mais cadeiras do que o segundo grupo com maior representação, os homens pardos, que são 18% dos Deputados. Mulheres brancas são o terceiro grupo com maior representação e ocupam 11,3% dos assentos.

Mesmo reconhecendo as desigualdades persistentes, convém ressaltar que as eleições de 2022 representaram pequenos avanços: foram eleitas 91 Deputadas Federais – 18% a mais que as 77 eleitas em 2018 –, alcançando o percentual de 17,7% do total dos assentos na Câmara dos Deputados.

Também foram eleitas e eleitos 135 Deputadas negras e Deputados negros (considerando a soma de pessoas pretas e pardas), 9,7% a mais que 2018, quando foram 123 eleitas e eleitos. Também foram eleitas 4 Deputadas e 1 Deputado indígena, enquanto, em 2018, apenas uma pessoa indígena havia sido eleita.

Se focarmos nas proporções por gênero no interior de cada um dos partidos, teremos a fotografia exposta pelo Gráfico 7, que apresenta, em percentuais, a presença de Deputadas Federais.



Fonte: TSE.

Dos 23 partidos com alguma representação na Casa, cinco terão apenas representantes masculinos. São eles: PATRIOTA, PSC, PROS, PTB e PV.

Já PSDB, PP e PSD são partidos que, apesar de contarem com representação feminina, têm um número proporcionalmente bastante reduzido de mulheres: 8%, 9% e 10%, respectivamente.

Os partidos que têm percentual de mulheres mais alto, por sua vez, são o PSOL, que elegeu, proporcionalmente, a maior bancada de mulheres do parlamento (58,3%), PCdoB e REDE, ambos com 50% de mulheres; além do CIDADANIA, com 40% de mulheres eleitas na bancada do partido.

Em geral, de acordo com a literatura, partidos de esquerda tendem a apresentar percentuais mais altos de presença feminina. No entanto, até a atual legislatura, o PT, maior partido de esquerda brasileiro, não registrava índices superiores a 20% de presença femini-

na entre suas/seus deputadas/os. Modificando o quadro de legislaturas anteriores, para o período 2023-2026, no PT, elas serão 26% (quase um terço) da bancada do partido. No PL, o partido de direita com o maior número de assentos na Casa, as mulheres ocuparão 17% dos assentos.

Se focarmos nos percentuais de acordo com raça em cada um dos partidos, teremos a fotografia exposta pelo Gráfico 8, que apresenta, em números percentuais, a presença de Deputadas negras e Deputados negros. CIDADANIA, PTB, PSDB, PSC e NOVO foram os partidos que não contaram com sequer uma pessoas negra eleita nesta legislatura em suas novas bancadas. Destacam-se, no gráfico, PROS, PCdoB e REDE.

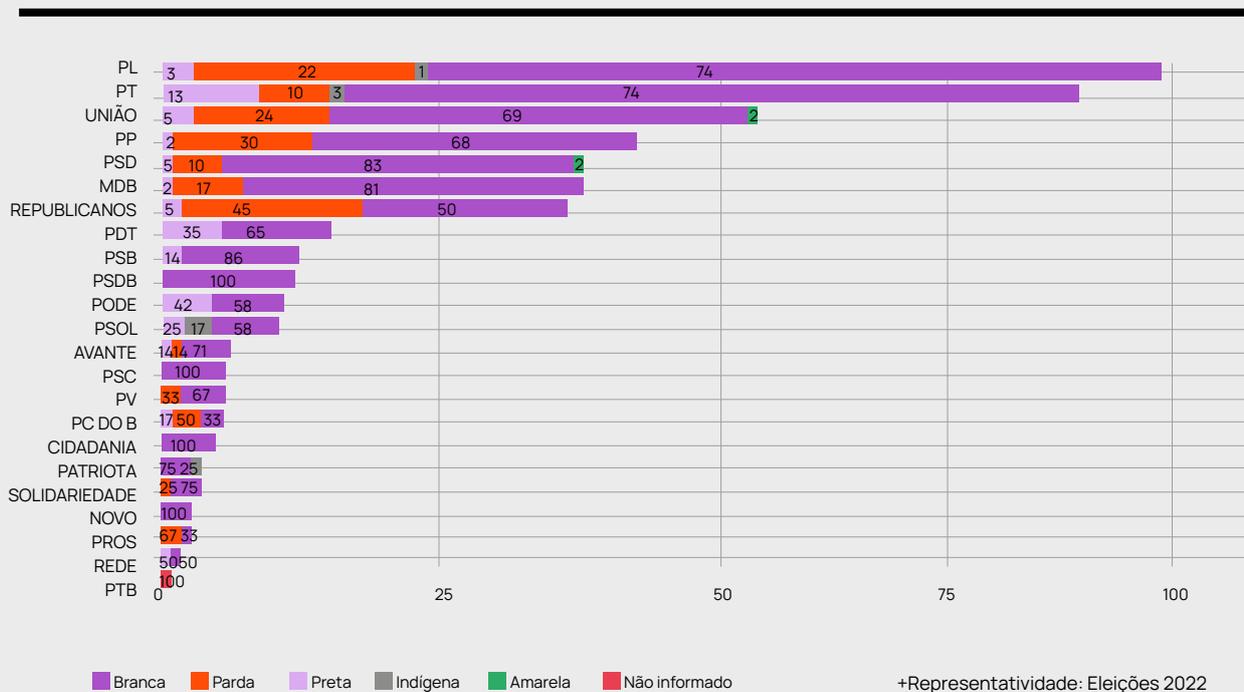
No caso do PROS, temos o único partido em que a proporção de pessoas pardas eleitas (66,7%) supera a de eleitas brancas (33,3%); porém, ocupando apenas três cadeiras. Já o PCdoB conta com eleitas pardas (50%), superando a proporção de eleitas brancas (33,3%), e ainda 16,7% de eleitas pretas. A REDE, por seu turno, elegeu um deputado e uma deputada: ela, preta; e ele, branco.

É possível observar que, na classificação de acordo com raça, diferentemente do que ocorre na classificação por gênero, há semelhança entre a presença de pessoas negras eleitas no maior partido de esquerda (PT) e no maior partido de direita (PL): ambos têm a mesma proporção de Deputados e Deputadas Federais eleitas não brancas: 26% do total. Como mencionamos, isso pode estar relacionado às manobras quanto à autodeclaração para fins de garantia de parcelas do financiamento público de campanha.

3. QUEM SE CANDIDATOU E SE ELEGEU PARA O SENADO FEDERAL?

O tempo de mandato para o Senado Federal é de 8 anos; assim, a cada quatro anos, o Senado Federal renova apenas 1/3 ou 2/3 dos seus assentos.

Gráfico 8. Distribuição dos assentos na Câmara dos Deputados, por partido político e raça (em %)

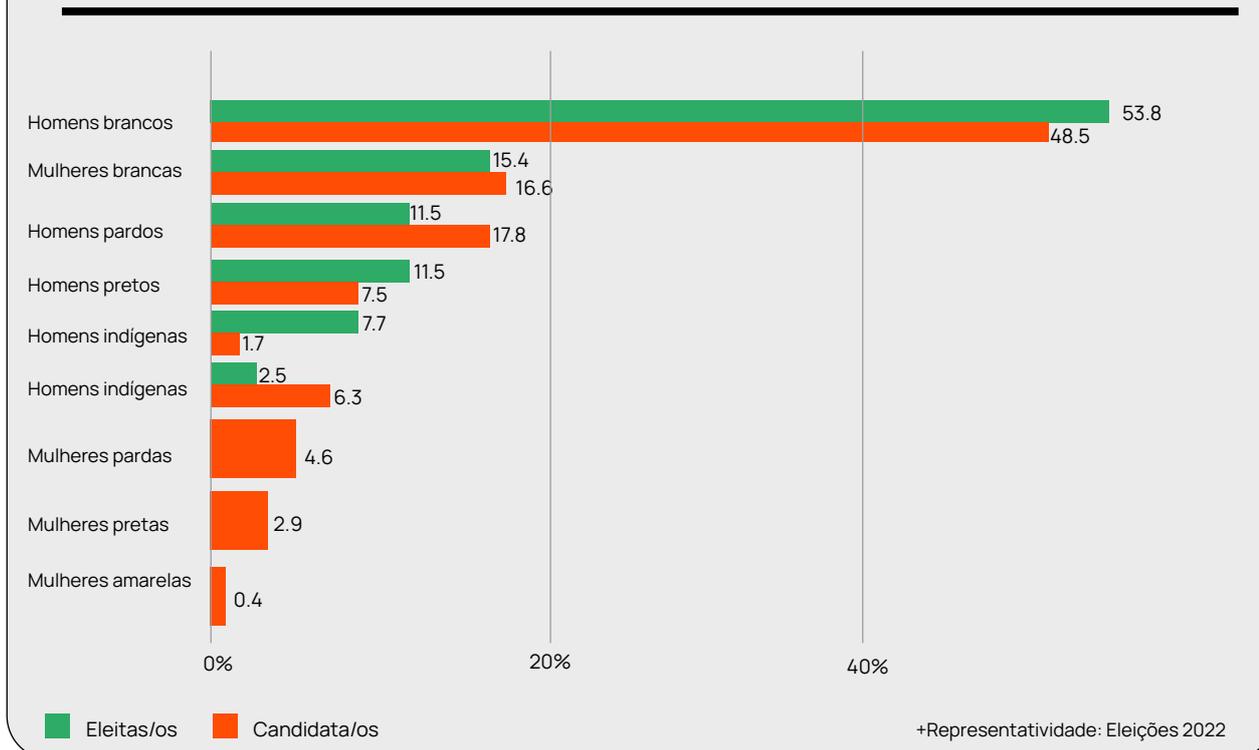


Fonte: TSE.

Nas eleições de 2022, apenas 27 vagas (1/3) do Senado estavam em disputa.

No caso do Senado, em que as eleições são majoritárias, o que faz com que as cotas não incidam sobre as candidaturas, os percentuais dos perfis de candidatas e candidatos são mais próximos, como é possível identificar pelo Gráfico 9.

Gráfico 9. Candidatos/as e eleitos/as ao cargo de senador/a, por gênero e raça (em %)



Fonte: TSE.

As candidaturas para o Senado mantêm o padrão de aproximadamente 50% das candidaturas e dos assentos dominados por homens brancos (Gráfico 9). Nesse caso, 48,5%, seguidas de 17,8% de homens pardos.

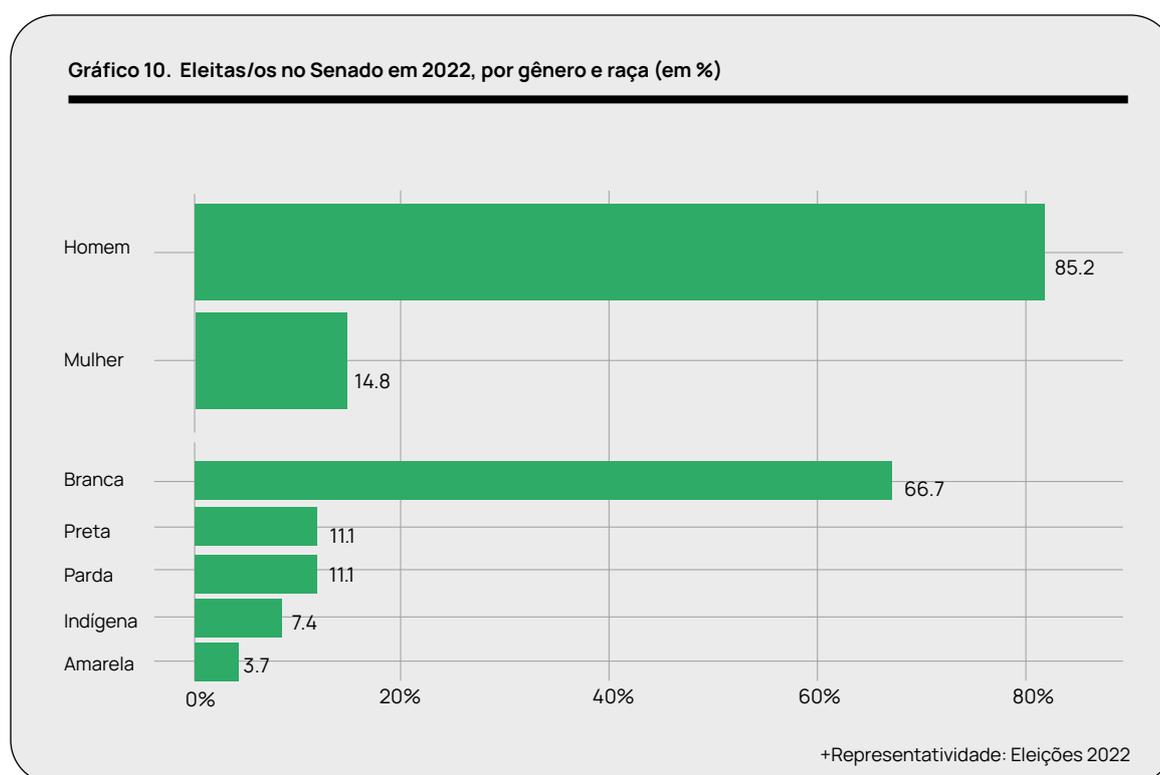
A terceira categoria de candidatura mais ofertada é a de mulheres brancas, correspondendo a um total 16,6%. Homens pretos estão bem abaixo, com 7,5%, e mulheres pardas correspondem a 4,6%, enquanto o percentual de mulheres pretas cai para 2,9%.

Homens indígenas correspondem a 1,7% das candidaturas, e mulheres indígenas não pontuam no gráfico de candidaturas para o Senado. Os homens negros são o segundo grupo que mais oferta candidaturas, com 25,3%. Mulheres negras seguem apresentando baixo percentual, ocupando apenas 7,5% das candidaturas.

Assim como na Câmara dos Deputados, uma análise interseccional dos resultados eleitorais mostra que o grupo que obteve mais sucesso eleitoral na corrida para o Senado fo-

ram homens brancos, com 14 (51,8%) dos 27 assentos em disputa em 2022.

Como demonstra o Gráfico 10, mulheres brancas, por sua vez, obtiveram 4 (14,8%) assentos – tornando-se o segundo grupo com maior sucesso eleitoral para o cargo. Mulheres de outras raças/etnias não obtiveram assentos, ou seja, todos os novos assentos obtidos por mulheres para o Senado em 2022 foram ocupados por mulheres brancas.

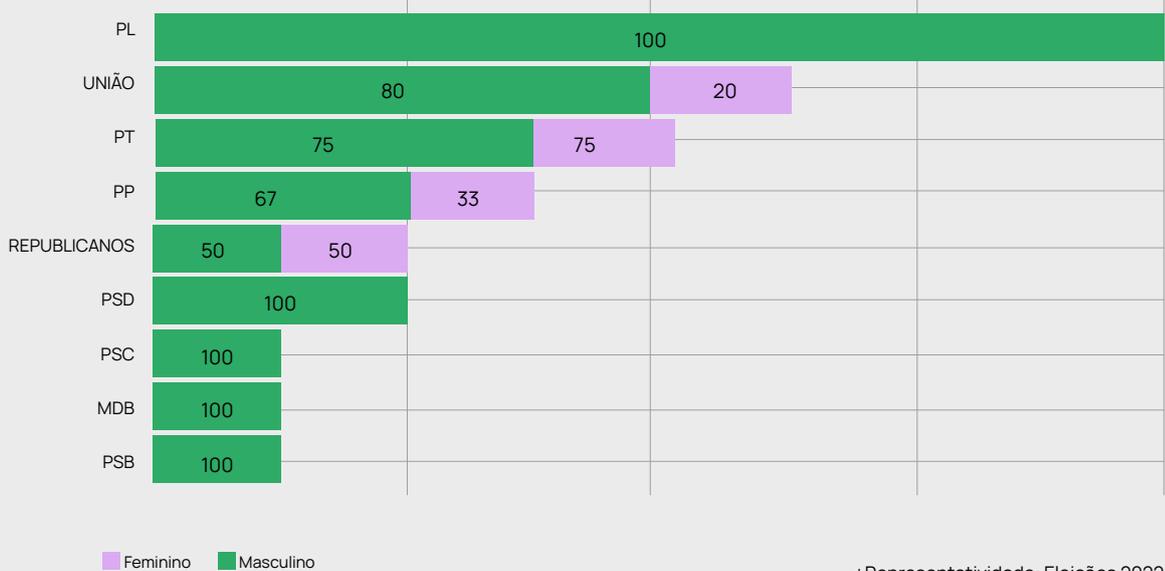


Fonte: TSE.

Com a nova composição, a bancada feminina no Senado, diferentemente do período 2019-2022, ficou com um percentual inferior ao da Câmara, com 15 assentos (18,5% do total) ocupados por Senadoras mulheres.

Outra forma de analisar os resultados eleitorais é observando a diversidade a partir do recorte partidário. Como indica o Gráfico 11, no PL, partido que mais elegeu Senadores (8 no total), todos são homens. Além disso, cada uma das quatro mulheres eleitas para o Senado pertencia, no momento da eleição, a um partido diferente, sendo eles: PT, PP, REPUBLICANOS e UNIÃO BRASIL.

Gráfico 11. Distribuição das/os eleitas/os para o Senado Federal, por partido político e gênero (em %)

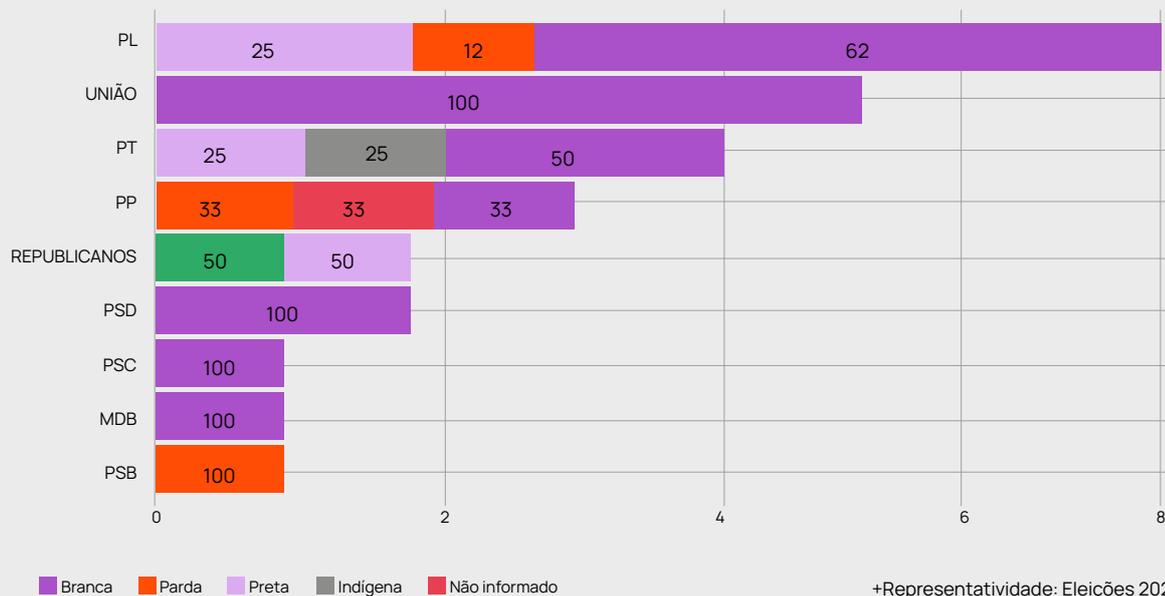


Fonte: TSE.

Quanto à composição racial das eleitas e eleitos para o Senado, o UNIÃO BRASIL chama atenção por eleger 5 pessoas em uma bancada exclusivamente branca, como é possível ver no Gráfico 12. Nota-se também que MDB, PSC e PSD também apresentam 100% de composição racial branca em suas bancadas, mas tendo eleito 1 ou 2 senadores. Por fim, o PSB elegeu apenas um candidato pardo.

23

Gráfico 12. Distribuição dos assentos no Senado Federal, por partido político e raça (em %)



Fonte: TSE.

Os demais partidos elegeram uma bancada um pouco mais diversa, sendo que PT e REPUBLICANOS contaram com um ingresso paritário. O PT elegeu quatro Senadores, sendo dois brancos, um indígena e um preto.

A composição de Senadoras ingressantes no Senado em 2023 será de um Senador que não informou sua raça/etnia, 2 Senadores Indígenas (correspondendo a 7% das eleitas e eleitos), 3 Senadoras e Senadores pretos (correspondendo a 11% das eleitas e eleitos), 3 Senadoras e Senadores pardos (correspondendo a 11% das eleitas e eleitos) e 18 senadoras/es brancas/os (correspondendo a 66%, ou 22/3 das eleitas e eleitos.).

4. RESILIÊNCIA POLÍTICA: QUAL É A TRAJETÓRIA DAS/OS ELEITAS/OS? COMO REPRESENTANTES DE GRUPOS MARGINALIZADOS FAZEM SEU CAMINHO NA POLÍTICA?

Criar viabilidade eleitoral para pessoas de grupos sub-representados – sejam mulheres ou pessoas negras – custa muitos anos de trabalho. Por exemplo, observando especificamente o caso das mulheres, já se sabe que os gargalos são diversos ao longo de todo o processo. Mulheres demoram mais que homens para decidir se filiar, bem como a se candidatar e, uma vez em campanha, têm mais dificuldade em conseguir apoio das lideranças do partido e verbas que possibilitem que tenham uma campanha vencedora.

Assim, é muito importante, para aumentar a representatividade, que grupos marginalizados na política se mantenham na representação e no processo eleitoral, quando já foram eleitos ao menos uma vez.

E não apenas depois de isso. É importante que essas pessoas mantenham sua trajetória política mesmo que não sejam eleitas em uma primeira tentativa, ou seja, que tenham resiliência para os reveses, bastante comuns no contexto eleitoral, sem perder sua ambição política.

4. É importante salientar que algumas dessas pessoas podem ter se candidatado nas eleições municipais e, por isso, aparecem como desistentes. Entretanto, acreditamos que esse número não seja muito elevado, de forma a prejudicar a análise.

5. Codato, A.; Sainz, N.; Gabryel, G. & Picussa, R. (2022). Cor, gênero e ambição política no Brasil. Em: M. Inácio & V. Elias de Oliveira. Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?. Hucitec Editora.

Com esta seção, nosso objetivo é entender melhor estes mecanismos de renovação e ambição política. Para tal, analisamos as trajetórias políticas das candidatas e candidatos resilientes concorrendo nas eleições de 2022 – das candidatas e candidatos que não estão se candidatando para algum destes cargos pela primeira vez⁴. Ou seja, utilizamos dados das candidatas e candidatos eleitos do pleito de 2018 e exploramos o que decidiram fazer em 2022: desistiram de concorrer? Concorreram para o mesmo cargo? Tentaram se eleger para um cargo diferente? Seguindo o modelo de Codato et al. (2022)⁵, analisamos quatro possíveis tipos de ambição **no quadro ao lado**.

Ambição entre eleitas/os (2018 - 2022)

O primeiro recorte que sugerimos para iniciar a análise da ambição entre representantes políticos é olhar, de forma geral, como se comportam diante da decisão de se candidatar novamente ou não nas eleições subsequentes.

Sabemos que, no Brasil, o fator mais importante para que alguém seja eleito é justamente já ocupar um cargo, ou seja, ser incumbente. No caso de Deputadas e Deputados Federais, como mostra o Gráfico 13, 84% Deputadas e Deputados Federais decidiram tentar novamente uma vaga na Câmara Federal, “outras/os” 7% partiram para cargos mais elevados e 7% não se candidataram novamente. No caso das Assembleias Legislativas, foram 77%, com 12% concorrendo a cargos mais altos e 11% desistindo.

Por esses dados, é possível saber que uma boa parte Deputadas e Deputados prefere continuar exatamente na casa em que está, o que, se por um lado, pode ajudar as mulheres e pessoas negras já eleitas, por outro, dificulta muito a entrada de mulheres e pessoas negras nunca eleitas para essas casas do Legislativo.

TIPOS DE AMBIÇÃO

PROGRESSIVA

Decisão de almejar cargos mais altos na hierarquia política.

REGRESSIVA

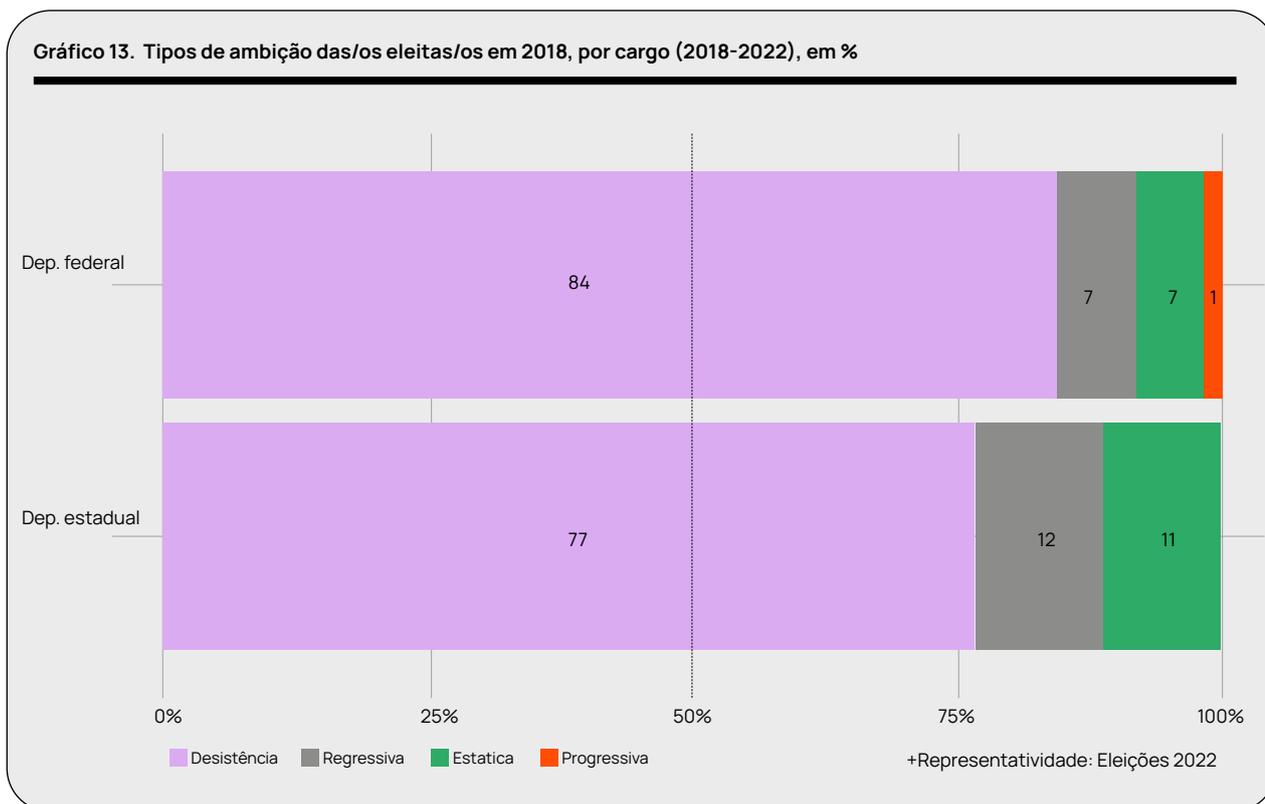
Decisão de concorrer para cargos mais baixos na hierarquia política.

ESTÁTICA

Decisão de concorrer novamente para o mesmo cargo.

DESISTÊNCIA (DISCRETA)

Decisão de não concorrer



Fonte: TSE.

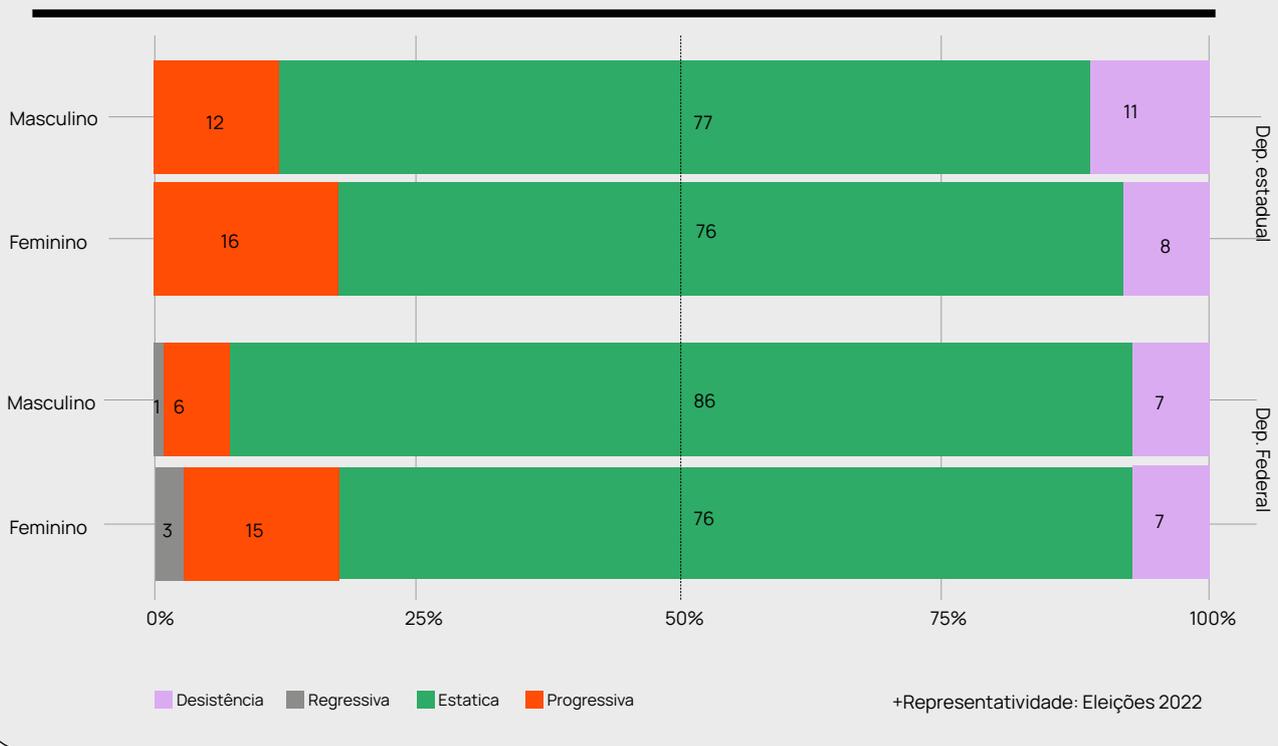
A primeira parte desta história é justamente contada pelo Gráfico 14, ao observarmos os diferentes comportamentos de Deputadas e Deputados no que diz respeito à sua decisão de tentar a reeleição.

A boa notícia é que a desistência entre as mulheres, tanto para Assembleias Legislativas quanto para a Câmara Federal, é igual ou menor do que a dos homens. Isso significa que as mulheres têm por decisão se manterem na política.

Entretanto, o que se observa também é que um percentual bastante elevado de mulheres, com ambição progressiva, decide disputar cargos mais altos para os quais nem sempre são eleitas.

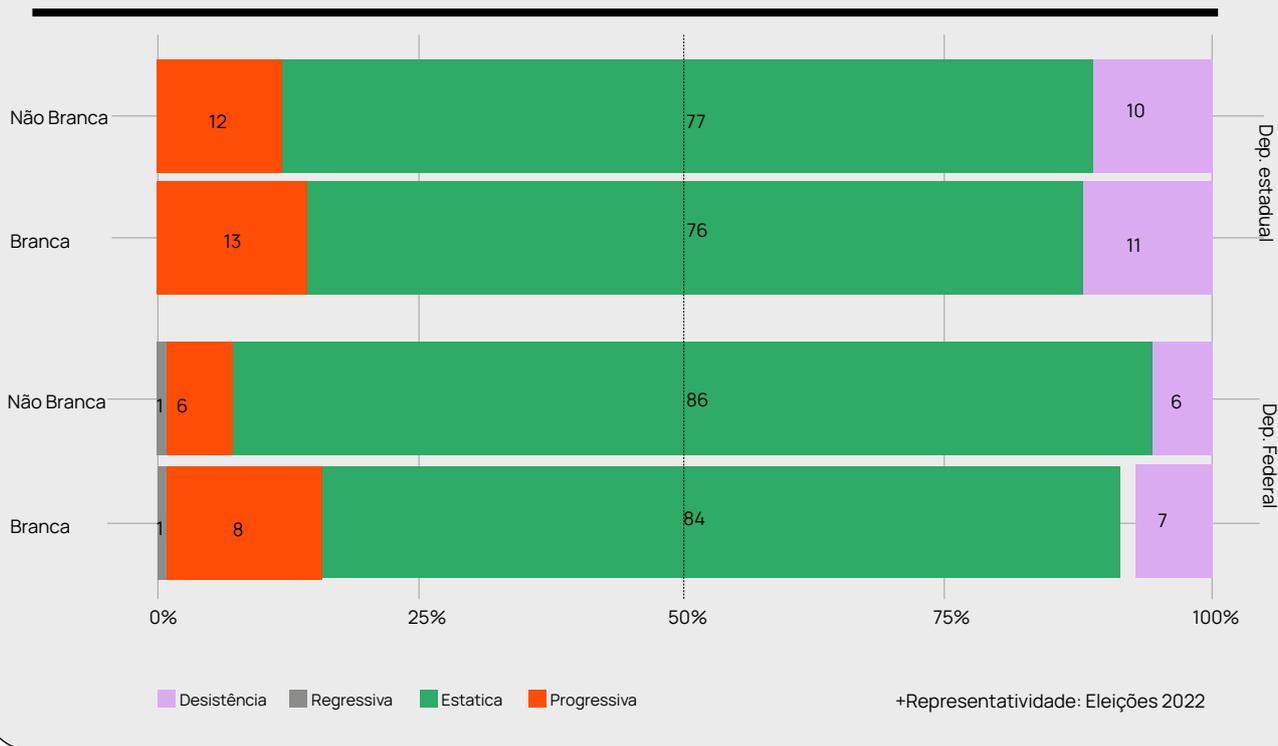
Essa diferença é mais evidente sobretudo no caso da Câmara Federal, em que 86% dos homens decidiram disputar a reeleição e 6% concorreram a cargos mais altos, enquanto 76% Das Deputadas concorreram ao mesmo cargo, e 15% optaram por progredir em suas trajetórias. Uma das possíveis explicações para esse movimento pode estar relacionada ao incentivo dos próprios partidos que, diante dos 30% obrigatórios de financiamento para mulheres, muitas vezes, optam por ter chapas majoritárias para

Gráfico 14. Tipos de ambição das/os eleitas/os em 2018, por gênero e cargo (2018-2022), em %



Fonte: TSE.

Gráfico 15. Tipos de ambição das/os eleitas/os em 2018, por cargo e raça e (2018-2022), em %



Fonte: TSE.

governador, por exemplo, que sejam formadas por um homem, com uma mulher como vice.

No que concerne às Deputadas e Deputados negros, o Gráfico 15 informa que, diferentemente das mulheres, não ocorreu um movimento forte de tentativa de progressão nas carreiras políticas em 2022, seja nas Assembleias Legislativas, seja na Câmara Federal.

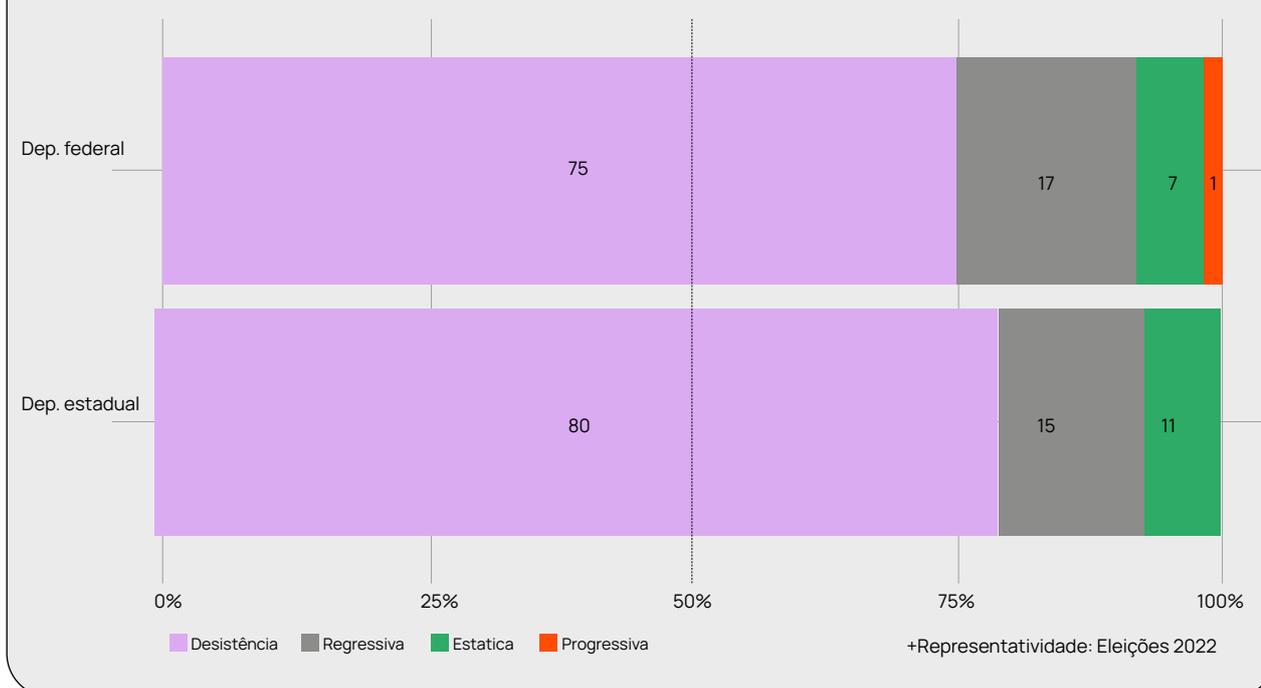
Uma das possibilidades é que, com o aumento da autodeclaração de Deputadas e Deputados como pessoas pretas e pardas, incentivada pelas regras de financiamento proporcional a candidatas negras e candidatos negros, ocorreu um crescimento no percentual de pessoas eleitas que se autodeclararam pretas e pardas..

Não obstante, no que concerne às Deputadas negras, ocorreu, em 2022, assim como em 2018, a troca de muitos nomes da bancada. Lembrando que, apesar de o senso comum tender a defender a mudança constante da representação, a literatura reconhece como benéfica, para o bom funcionamento do sistema, a reeleição.

AMBIÇÃO ENTRE CANDIDATAS/OS (2018 - 2022)

Os Gráficos 16, 17 e 18 destacam a observação das trajetórias a partir das candidaturas, ou seja, olhando para todas as pessoas que se candidataram, não importando se se elegeram ou não. O objetivo é ver se a resiliência candidatas e candidatos é suficiente para que mantenham suas tentativas de conseguir uma vaga. É importante mencionar que as tentativas aumentam bastante as chances de uma pessoa ser conhecida e, por consequência, de ser eleita.

Gráfico 16. Tipos de ambição das/os candidatas/os em 2018, por cargo (2018-2022), em %



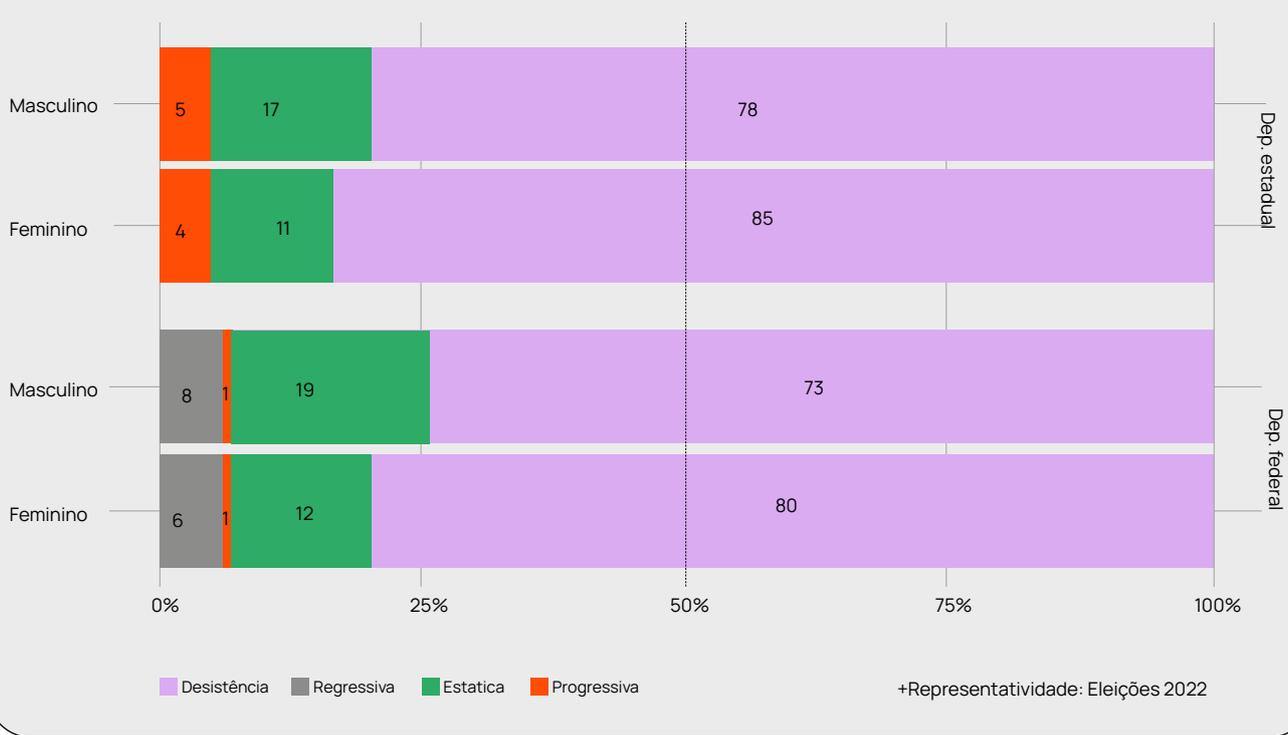
Fonte: TSE.

Pelo Gráfico 16, é possível perceber que o percentual de desistência (ou seja, de pessoas que se candidataram em 2018, mas não em 2022), em geral, é bastante alto: 75%, no caso de Deputadas e Deputados Federais, e 80%, no caso de Deputadas e Deputados Estaduais.

No entanto, vemos que o percentual das e dos desistentes (80%, para o cargo de Deputada ou Deputado Federal) é mais alto que o dos homens que optaram por não concorrer novamente (73%, para o cargo de Deputada ou Deputado Federal). Quase 20% dos homens (e 12% das mulheres) tentaram novamente o mesmo cargo.

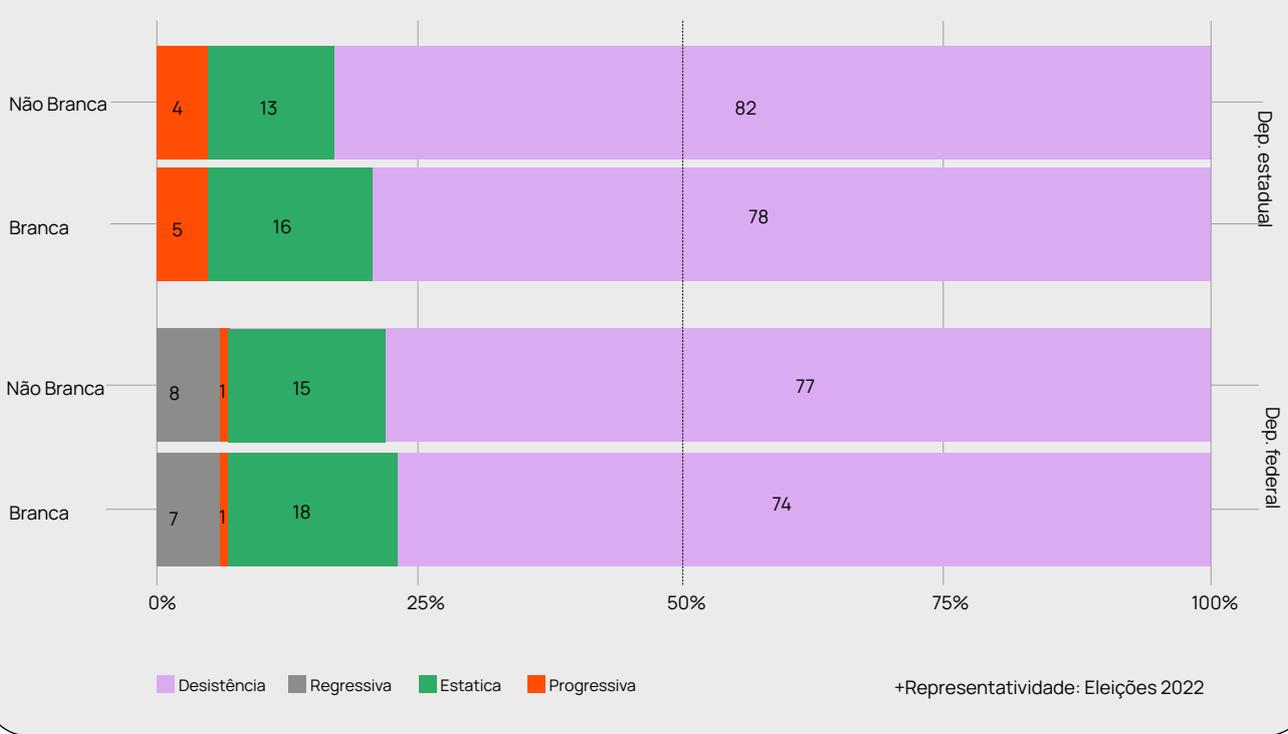
No caso das pessoas não brancas, os percentuais são mais próximos (comparando-se candidaturas de pessoas brancas e pessoas não brancas), mas ainda com maior

Gráfico 17. Tipos de ambição das/os candidatas/os em 2018, por gênero e cargo (2018-2022), em %

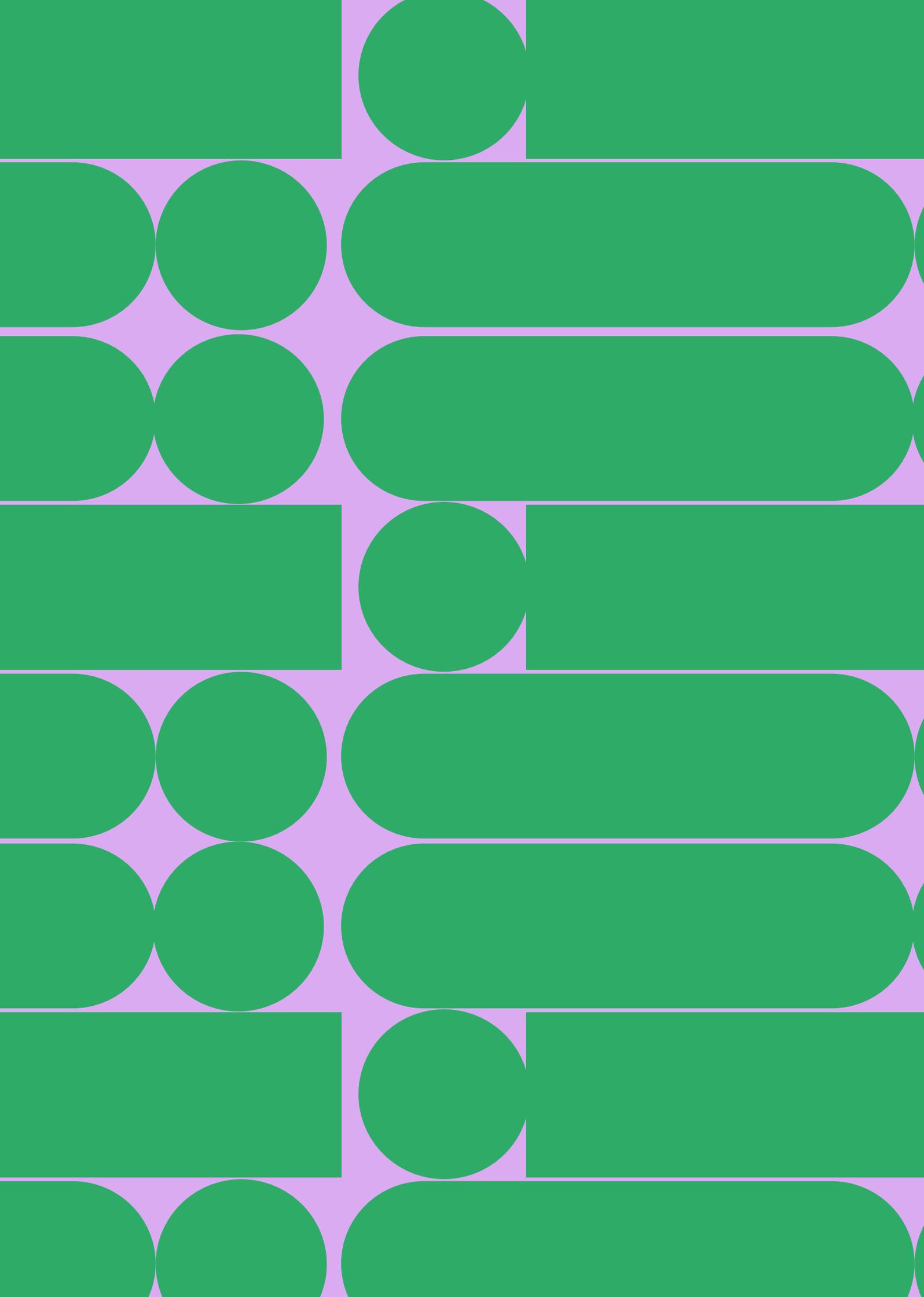


Fonte: TSE.

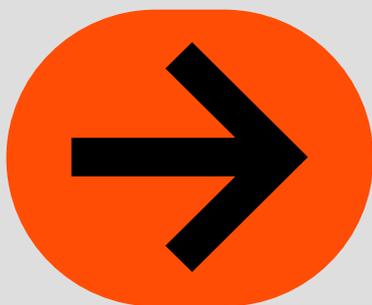
Gráfico 18. Tipos de ambição das/os candidatas/os em 2018, por raça e cargo (2018-2022), em %



Fonte: TSE.



3



CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Neste relatório, tentamos não apenas fornecer um panorama das eleições de 2022, considerando a preocupação com a representatividade – com foco em mulheres e pessoas negras –, como também olhar um pouco mais adiante para ver que fatores podem estar facilitando ou dificultando mais diversidade nos parlamentos.

Assembleias Legislativas e Congresso Nacional continuam dominados sobretudo por homens brancos, apesar de todas as decisões recentes que tentam estimular a eleição de mulheres e pessoas negras.

Ainda são muitas as perguntas quando se trata de entender por que a mudança demora tanto a acontecer, mas este relatório dá algumas das pistas que já se têm: que estão também relacionadas a diferentes padrões de trajetórias políticas e ao impacto dos incentivos legais nos esforços por mais representatividade.

Não se pode ignorar, porém, que as eleições de 2022 trouxeram boas notícias, com a Câmara Federal chegando a 17,7% de mulheres (um aumento de 18%), as duas primeiras Deputadas Federais trans e a eleição de 4 mulheres indígenas (em 2018 foi apenas 1).

O retrato apresentado neste relatório nos permite observar alguns dados sobre a representação para, a partir dessas informações, seja possível desenhar propostas para a mudança.

PESQUISA

Coordenação geral da pesquisa e texto

Débora Thomé

Malu A. C. Gatto

Assistentes de pesquisa - sênior

Caroline Caldas

Flavia Bozza Martins

Assistentes de pesquisa - júnior

João Gabriel Leal

Mayres Pequeno

Coordenação de pesquisas - Instituto Update

Marcelo Bolzan

PUBLICAÇÃO

Redação/ Edição

Débora Thomé

Malu A. C. Gatto e

Pesquisa/ Redação

João Gabriel Leal

Mayres Pequeno

Revisão

Claudia Cavalcanti

Produção editorial

Dany Fioravanti

Marcelo Bolzan

Projeto gráfico e diagramação

Tamires Mazzo

EQUIPE UPDATE

Alejandra Parra

Carolina Althaller

Dany Fioravanti

Dardo Ceballos

Ingrid Farias

Nadja Aguiar

Suane Barreirinhas

Resumo Executivo

Relatório 01 - Diversidade nas eleições: pessoas candidatas e eleitas

Relatório 02 - As preferências do eleitorado: diversidade

Relatório 03 - As preferências do eleitorado: escolha do voto

Relatório 04 - Iniciativas de apoio à candidatas e candidatos

Relatório 05 - Iniciativas de lideranças indígenas

Relatório 06 - O que nos contam as candidatas e candidatos

Relatório 07 - O que nos contam as lideranças partidárias

**+REPRE
SENTATI
VIDADE**

INSTITUTO **UPDATE**